

## ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR CONTEMPORÂNEO: A PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL EM UMA TURMA DE PRÉ- ESCOLA NO MUNICÍPIO DE BERTIOGA

Juliana Calixto de Souza Gois<sup>1</sup>  
Damares Araújo Teles<sup>2</sup>

**RESUMO:** O abuso sexual infantil configura-se como uma forma de violência velada, que muitas vezes ocorre no âmbito familiar da criança. Desse modo, levando em consideração a realidade na qual muitas crianças em idade pré-escolar encontram-se inseridas, o presente artigo tem como objetivo geral compreender as contribuições estratégicas que o professor contemporâneo pode utilizar como aporte pedagógico para mediar sua prática de enfrentamento e prevenção do abuso sexual infantil, promovendo a educação para a proteção das crianças da pré-escola do município de Bertiooga. A investigação se desdobra nos seguintes objetivos específicos: discutir estratégias pedagógicas aplicáveis na pré-escola para a prevenção do abuso sexual infantil; destacar como práticas integradas entre escola e família podem contribuir para a conscientização e autoproteção das crianças; e avaliar os desafios e possibilidades da atuação do professor pedagogo na construção de uma cultura preventiva no contexto escolar. Diante disso, a metodologia respalda-se na abordagem qualitativa de pesquisa, conforme os estudos de Gil (2025), por meio da qual foi desenvolvido um relato de experiência sobre as estratégias pedagógicas de uma professora através da elaboração e execução do Projeto PASI: *Eu Protejo Meu Corpinho*. Os resultados da pesquisa revelam que as práticas integradas entre escola e família podem contribuir para a conscientização e a autoproteção das crianças e que, para haver sucesso na prevenção do abuso, é necessária uma abordagem multidisciplinar e integrada. Portanto, é possível que, por meio de práticas pedagógicas intencionais, sistematizadas e fundamentadas em evidências científicas, amparadas por uma rede de apoio, fomentem-se competências de autoproteção em tenra idade, assim como foi possível avaliar de forma mediadora as aprendizagens adquiridas pelo grupo de alunos participantes do projeto.

**Palavras-chave:** Estratégias Pedagógicas. Professor Contemporâneo. Intervenção. Autoproteção. Abuso sexual infantil.

---

<sup>1</sup> Pós-graduada em Língua Brasileira de Sinais pela Faculdade UniFAHE (2022). Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Don Domênico (2019). Atualmente, exerce a função de professora na Escola Municipal Caminhos do Bem.

<sup>2</sup> Pós-doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora e Mestre em Educação: Currículo pela PUC-SP. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Atua no Ensino Superior como professora da Faculdade Bertiooga (FABE), no curso de Pedagogia, e como tutora presencial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possui experiência docente em diversas instituições, incluindo a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade Paulista (UNIP) e a Associação Sequencial de Ensino Superior (Faculdade Sequencial), Atualmente, integra o quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Bertiooga, onde exerce a função de diretora de escola.

## 1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil é uma violência velada que, infelizmente acontece no seio familiar da criança, de forma invisível e silenciosa. Por esse motivo, é fundamental trabalhar o encorajamento ao enfrentamento desses abusos com os alunos desde cedo, por meio de atividades lúdicas e linguagem apropriada. “Trata-se de um grave problema de saúde pública que viola os direitos humanos e exige esforços conjuntos do poder público e da sociedade para coibir sua prática [...]” (Brasil, 2024)

Diante desse cenário, urge, portanto, a necessidade de compreender que o Abuso Sexual Infantil (ASI) ocorre de formas variadas e em múltiplos ambientes de interação humana, e este não está apenas atrelado ao contato físico, mas também inclui atitudes intencionais direcionadas às crianças e adolescentes, ultrapassando limites morais e legais.

“Abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro” (Brasil, 2017, art. 2º, inc. I).

Discutir sobre esse tema dentro do contexto escolar é importante, pois evidencia a relevância da corresponsabilidade social atrelada ao papel do professor contemporâneo — um agente essencial no trabalho educativo de prevenção. Por isso, problematizar essa questão social e sensível em sala de aula, ainda que com crianças na faixa etária da pré-escola. Tal prática torna-se fundamental para garantir o enfrentamento dessa violência, por meio de propostas de intervenção docente voltadas ao encorajamento da autoproteção infantil e da comunicação assertiva.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu artigo 4º, a criança “[...] a pessoa de até 12 anos de idade incompletos [...] (Brasil, 1990)” é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Esses sujeitos históricos e de direitos estão inseridos na Educação Infantil, que, segundo o artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança

de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. “A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada” (Brasil, 2017, p. 36).

Esse relato tem o propósito de compartilhar minhas experiências e reflexões, principalmente com o público docente e as famílias, acerca das minhas práticas pedagógicas na pré-escola voltadas para a conscientização e o encorajamento das crianças sobre a autoproteção no combate ao Abuso Sexual Infantil (ASI).

Diante de um desafio pedagógico pontual que ocorreu quando recebi em minha turma um aluno remanejado que fora vítima de abuso sexual infantil e reproduzia em sala de aula através do seu humor, comunicação verbal e corporal, seus dramas vividos outrora. Fui desafiada pelas circunstâncias a preparar meus alunos para enfrentar e defender-se de possíveis abusos de pessoas adultas, conhecidas ou não.

Logo, deparei-me com a necessidade de autoavaliar-me e ressignificar minhas práticas. Visto que, de acordo com Freire (2015, p. 109), “‘Lavar as mãos’ em face da opressão é reforçar o poder do opressor.” Portanto, “[...] é preciso proteger nossas crianças e adolescentes, enquanto o silêncio em face da violação de seus direitos gera impunidade, adoecimento e morte” (Brasil, Sinan, 2023, p. 2).

Nesse sentido, a maneira que encontrei de encorajar e ensinar sobre autoproteção e como livrar-se de possíveis abusos, tanto para meu novo aluno quanto para os demais, foi por meio de atividades significativas em sala de aula, a partir de algo que eles já conheciam e já havíamos trabalhado juntos: o esquema corporal.

A aprendizagem significativa ocorre quando o novo conteúdo se relaciona, de maneira não arbitrária e substantiva, àquilo que o aluno já sabe. Para que isso aconteça, o material deve ser potencialmente significativo e o aprendiz deve estar disposto a relacioná-lo ao seu reconhecimento prévio. Quando essas condições são satisfeitas o novo conhecimento adquire significado para o aluno e é incorporado à sua estrutura cognitiva, tornando-se parte de um corpo de saberes que pode ser usado de forma criativa e duradoura (Ausubel, 1968, p. 18).

Diante desse contexto, surgiu a seguinte questão-problema: É possível que o professor pedagogo dos dias atuais consiga, por meio de suas metodologias ludopedagógicas, promover em crianças pequenas competências de autoproteção e enfrentamento do Abuso Sexual Infantil?

Desse modo, levando em consideração a cruel e violenta realidade na qual muitas crianças em idade pré-escolar encontram-se inseridas, o presente artigo tem como objetivo geral compreender as contribuições estratégicas que o professor contemporâneo pode utilizar como

aporte pedagógico para mediar sua prática de enfrentamento e prevenção do Abuso Sexual Infantil, promovendo a educação para a proteção das crianças em idade pré-escolar do município de Bertioga, estância balneária do Estado de São Paulo, localizada na Baixada Santista, com uma população de aproximadamente 64.188 habitantes, de acordo com o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

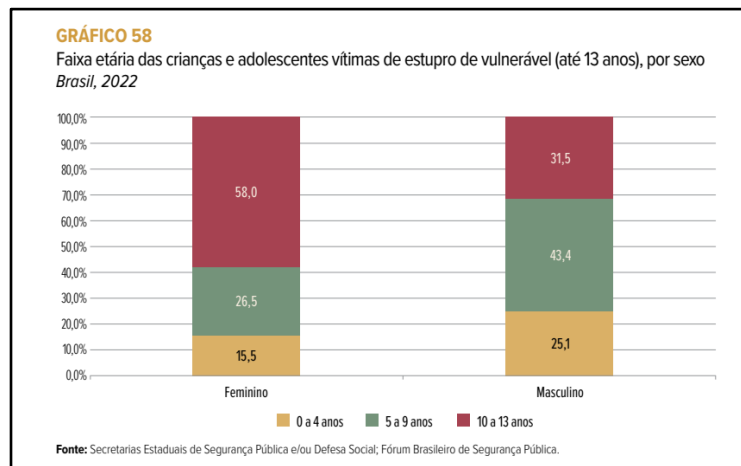
A investigação se desdobra nos seguintes objetivos específicos: discutir estratégias pedagógicas aplicáveis na pré-escola para a prevenção do abuso sexual infantil; destacar como práticas integradas entre escola e família podem contribuir para a conscientização e autoproteção das crianças; e avaliar os desafios e possibilidades da atuação do professor pedagogo na construção de uma cultura preventiva no contexto escolar.

## **2 O COMBATE E A PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NAS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS: DILEMAS E DESAFIOS**

A Constituição Federal de 1988 (CF), Carta Magna, valida a ideia de responsabilidade coletiva em relação à educação quando, em seu Art. 205, estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. [...] Significa dizer que não apenas o Estado, mas a família também necessita estar envolvida nas práticas de Prevenção do Abuso Sexual Infantil (PASI). Temos, portanto, um elo de corresponsabilidade. Esse envolvimento mútuo deve estar organizado com o propósito de garantir não apenas os direitos inerentes às crianças, mas promover a proteção e o bem-estar de todas elas.

Esses sujeitos históricos e de direitos estão inseridos na Educação Infantil e, conforme o artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Consoante a isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei nº 8.069/1990, art. 5º) preconiza que “nenhuma criança será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” (Brasil, 1990, art. 2º).

**Figura 1** – Faixa etária das crianças e adolescentes vítimas de estupro



**Fonte:** Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024

É árduo tentar alinhar esses papéis, pois, na maioria das vezes, segundo o relatório *Panorama da Violência Letal e Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil*, em sua 2ª Edição (2024), publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), é o próprio familiar o abusador(a), e essa violência ocorre com maior frequência no lar da vítima. Portanto, ao observar os dados, nota-se que quem deveria cuidar e proteger, muitas vezes, é a pessoa que acaba cometendo os abusos.

De acordo com o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), a residência continua sendo o lugar mais perigoso, onde 72,2% dos casos acontecem. Essa pesquisa foi realizada com crianças e adolescentes de 0 a 13 anos.

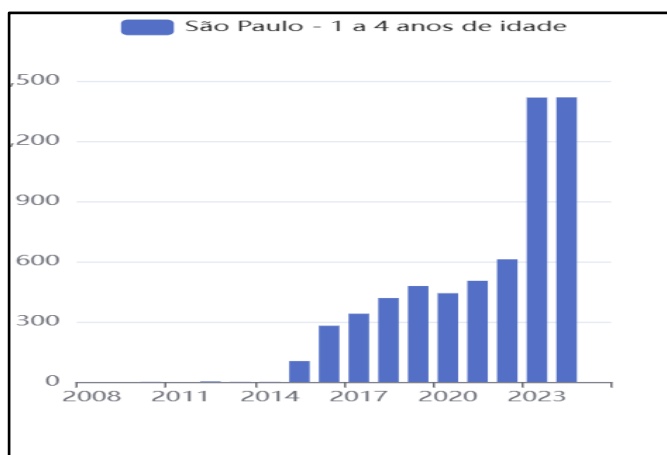
Também é possível observar que a porcentagem desses abusos de vulnerável por sexo é de 40,6% entre meninos e meninas de 0 a 4 anos. A cada cem crianças, mais de quarenta foram vítimas — muitas delas em idade pré-escolar, considerando as crianças de quatro anos que frequentam a primeira etapa da educação básica.

No intervalo etário entre 5 e 9 anos, o número aumenta, somando 69,9%, mostrando que parte dessas crianças poderiam e deveriam estar frequentando a Educação Infantil pré-escolar e o Ensino Fundamental I — etapas nas quais poderia estar acontecendo a disseminação de práticas pedagógicas de encorajamento e prevenção sistematizadas contra os abusos.

A partir do relatório em questão, mesmo não havendo regularidade em suas publicações, é possível compreender a importância de discutir essa problemática a partir de conjuntos de

dados extraídos em nível nacional. As informações que alimentam esses e outros sistemas de registro são baseadas em denúncias; portanto, os números provavelmente — e infelizmente — podem ser maiores do que os apresentados.

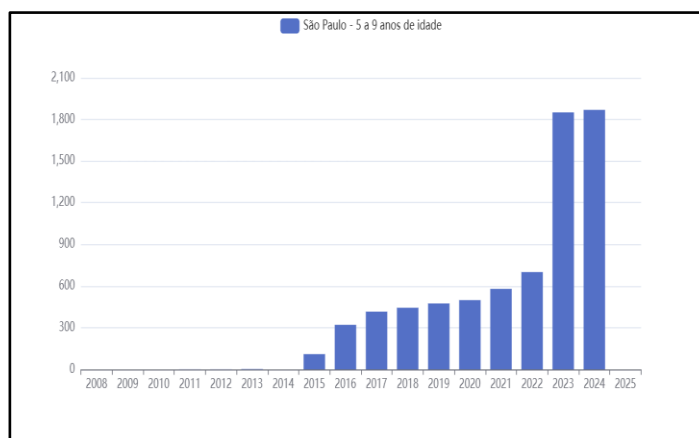
**Figura 2** – Faixa etária 1 a 4 anos



**Fonte:** Fundação Abrinq 2025

Nas idades de 1 a 4 anos, há 1.418 casos apontados, e, no intervalo de 5 a 9 anos, no mesmo estado, o número continua a subir: são 1.869 vítimas. Esses dados referem-se ao ano de 2024, conforme mostra o gráfico abaixo.

**Figura 3** – Faixa etária 5 a 9 anos



**Fonte:** Fundação Abrinq 2025

O Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq publicou os casos de abusos sexuais sofridos por crianças e adolescentes no Estado de São Paulo, cuja revisão foi realizada no dia 3 de janeiro de 2025, e ainda continuam sujeitos a revisões com atualizações posteriores. Todavia, é possível extrair informações reais de casos já registrados em nosso estado de São Paulo.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo compreender as contribuições estratégicas que o professor contemporâneo pode utilizar como aporte pedagógico para mediar sua praxis de prevenção do Abuso Sexual Infantil, por meio da aplicação do Projeto “Eu Protejo Meu Corpinho”, que foi desenvolvido em uma turma de pré-escola no município de Bertiooga.

Nesse sentido, a pesquisa configura-se como um relato de experiência, em que são descritas as intervenções realizadas no ambiente da pesquisa — no caso, no ambiente escolar —, possibilitando discussões advindas das aprendizagens adquiridas através do conjunto das práticas docente.

Para Mussi, Flores e Almeida (2021), essa abordagem teórica entende-se como um tipo de produção de conhecimento cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. Na construção do estudo, é relevante conter embasamento científico e reflexão crítica.

“Os relatos de experiências nas ciências humanas e sociais constituem uma importante contribuição para a construção do conhecimento, fornecendo evidências empíricas, mesmo que passíveis de viés, para que possamos ampliar nossas discussões e fortalecer as teorias em face da realidade. [...] Os relatos de experiência são estudos que partem da relação entre quem pesquisa e o empírico na pesquisa de campo, construindo conhecimento acerca das pessoas em interação.” (Antunes et al., 2024, p. 2)

Além disso, os autores supracitados complementam que o planejamento e a pesquisa do relato de experiência sistematizado são manifestados através da linguagem e que, para que o conhecimento seja desenvolvido, é necessário que os dados coletados sejam descritos e analisados (Antunes et al., 2024).

A experiência consiste em vivenciar algo que consiga ser descrito, explicado e posteriormente compartilhado com os pares. Conforme contextualizam Breton e Alves (2021, p. 3): “A experiência é vivida em um modo ‘apresentável’. Ela é vivida antes de ser captada pelo

pensamento, apreendida pela reflexão, caracterizada em seus componentes. Situada em uma reflexão sobre as condições necessárias para a construção de uma epistemologia da narrativa.”

O excerto de Lanfranco e Fortunato (2022) elucidada que a experiência não consiste em produzi-la com o propósito de aplicar a outros contextos nem produzir teorias universais, mas se fundamenta em uma aplicabilidade compreendida pela realidade vivida, centrada em aspectos intrínsecos.

Não se trata de investigar uma realidade com o objetivo de modifica-la [sic], mas, antes, compreendê-la [sic]. Não se trata de se colocar como um participante de uma pesquisa, mas de vivenciar uma situação concreta efetivamente experienciando. Ainda, não diz respeito a encontrar generalizações ou aplicações em outros contextos, mas de ser, estar, ver, escutar, enfim, viver uma situação e com ela aprender. (Lanfranco, Fortunato, 2022, p. 4)

Toma-se como base desse relato uma pesquisa não numérica — a pesquisa qualitativa. Essa modalidade de pesquisa está fundamentada em amplas discussões.

Gil (2025), acrescenta que a pesquisa qualitativa busca uma rica descrição do fenômeno que está sendo estudado e é de natureza metodológica, tomando como referência os procedimentos adotados para se chegar a um fim, tendo como principal preocupação do pesquisador compreender o fenômeno segundo a perspectiva dos participantes, e não a sua.

#### 4 O PROJETO “EU PROTEJO MEU CORPINHO”: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Projeto de Prevenção do Abuso Sexual Infantil (PASI): *Eu Protejo Meu Corpinho* foi aplicado no ano de 2024, tendo início no segundo semestre enquanto eu atuava em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) do município de Bertoga, no Estado de São Paulo, na qual lecionei para uma turma de 30 alunos na faixa etária de 5 anos de idade.

A necessidade de criar o Projeto “Eu Protejo Meu Corpinho” surgiu ao retornar de uma longa licença médica no segundo bimestre do ano de 2024, onde recebi um aluno remanejado, que vou chamá-lo ficticiamente de João. Eu já conhecia um pouco de sua história (discente na mesma unidade de ensino desde a Pré-escola I). Falava-se sobre o caso dele na atribuição de classes, no início do ano de 2024, ocasião em que nós, professores, costumamos dialogar sobre os desafios enfrentados no ano anterior e compartilhar experiências com o propósito de ajudar nossos pares a lidar com a nova turma a ser trabalhada naquele ano letivo.

Confesso que, desde a primeira vez que ouvi a história de João e a respeito de tudo o que ele havia passado quando fora vítima de abuso sexual infantil, fiquei perplexa e tive que me ausentar por alguns minutos para me recompor.

Iniciou-se, portanto, meu processo de reinventar-me como profissional, ao enfrentar problemas de indisciplina e questões relacionadas a comportamentos inadequados reproduzidos por esse aluno em específico. Foi necessário, sobretudo, refletir e estudar métodos para ensiná-lo a respeitar o seu espaço corporal e o do outro. Também era minha intenção que os demais alunos da turma aprendessem a proteger-se de futuros toques inapropriados, a fim de preservar a integridade física e emocional de cada um.

Observei que os pequenos conseguiam identificar seus incômodos e reportá-los a mim: “Professora, João tocou em ‘tal’ parte do meu corpo!”, ocasião em que, prontamente, eu fazia a intervenção de forma pedagógica. Contudo, era preciso gerar nesses alunos autonomia para além de saberem comunicar o ocorrido dentro de sala de aula. Notei que alguns já sabiam identificar situações de perigo; sobretudo, era preciso desenvolver habilidades de autoproteção, além de competências específicas de enfrentamento. Foi diante desse contexto que planejei e apliquei o Projeto PASI: “Eu Protejo Meu Corpinho”.

Estudos adaptados de textos da *American Academy of Pediatrics* comprovam que, entre 18 meses e três anos, deve-se ensinar a ele ou ela o nome das partes do corpo; entre três e cinco anos, já se pode conversar com eles sobre as partes privadas do corpo. Após os cinco anos, a criança deve ser bem orientada sobre sua segurança pessoal e alertada sobre as principais situações de risco; e, após os oito anos, deve ser iniciada a discussão sobre os conceitos e as regras de conduta sexual que são aceitas pela família, além de serem fornecidas informações básicas sobre reprodução humana. É importante que o professor possua conhecimento dessa maturação para formular as ações adequadas para cada faixa etária. O documento supracitado ainda acrescenta que: “A prevenção primária é a maneira mais econômica, eficaz e abrangente para se evitar a violência contra crianças. Através da prevenção primária atua-se para modificar condutas e formar novas culturas, sensibilizando e mobilizando a sociedade.” (Santos, 2009, p. 48)

O projeto teve como intuito despertar o sentimento de reconhecimento e respeito pelo próprio corpo, para que o estudante saiba identificar indícios de assédio e abuso infantil para proteger-se. Além disso, almejou-se dar autonomia aos docentes da Educação Infantil pré-escolar para assimilar e demonstrar as aprendizagens através da elaboração e confecção de trabalhos manuais, virtuais, expressivos e concretos. Por meio do projeto, pretendeu-se impulsionar a liberdade de pensamento das crianças por meio das inúmeras formas de comunicação, propiciando a evolução da sensibilidade, do imaginário e da capacidade de abstrair e discernir de forma intuitiva e cognitiva.

Ademais, buscou-se aguçar a formação de valores e atitudes através das atividades desenvolvidas, além de estimular o reconhecimento e nomeação das partes íntimas, distinguindo-as das demais, conscientizando-as a respeito do discernimento de toques em partes do corpo que devem ser preservadas e protegidas. Propôs-se, por meio de atividades lúdicas, a compreensão de que toques de carinho e amizade devem ser feitos em ambientes públicos, que tenham outras pessoas presentes, e em partes do corpo que podem ser vistas por todos.

Também se trabalhou a identificação de situações de perigo, pois, se porventura o aluno se deparasse com situações em que ficasse triste, constrangido ou sentisse que algo não estava de acordo com o ensino sistemático de autoproteção aprendido em sala de aula, seria capaz de eleger, para si, pessoas adultas em quem pudesse confiar. Objetivou-se, além disso, possibilitar que as crianças compreendessem a importância de afastar-se de situações perigosas, desenvolvendo habilidades de comunicação e expressão variadas para que se apropriassem da autoconfiança e fossem capazes de relatar à pessoas do seu convívio e seus pares, casos de abuso ou assédio infantil.

Desde 17 de maio de 2000, foi sancionada a lei que institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Todavia, perante a realidade na qual estava inserida diariamente, foi necessário adequar minhas práticas para atender às demandas sociais e estender essa data para além do mês de maio. “[...] Por isso, urge aprender e partilhar conhecimento de forma a ajudar a proteger as crianças e promover adultos mais saudáveis e capazes socialmente.” (Fernandes; Nascimento, 2024, p. 1)

Tive como um dos aportes teóricos o documento norteador (RCNEI), o qual cita que devemos possibilitar situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar, bem como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para garantir o sucesso das novas experiências com os alunos, elaborei um cronograma detalhado com o propósito de organizar e visualizar melhor as etapas do projeto, desde o início até sua culminância, permitindo que este fosse articulado com outros componentes curriculares a serem trabalhados durante o segundo semestre do ano letivo, de agosto a dezembro de 2024.

Conforme orienta Antunes (2013, p. 178) em sua obra *Na Sala de Aula*, ao elaborar projetos é preciso pensar em algumas “questões cruciais da vida [...]”, e que “o mais certo não é fazer uma lista do que devemos trabalhar, mas, essencialmente, de questões fundamentais a responder, e, por estas, organizar os temas propostos.” (Antunes, 2013, p. 179)

Corroborando essa ideia, o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire questiona: “Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina [...]?” (Freire, 2025, p. 32). Nesse caso, por que não problematizar temas sensíveis, preparando alunos da Educação Infantil para enfrentar demandas sociais?

Após a curadoria dos livros, escolhi três obras que considerei apropriadas para embasar as sequências didáticas: *Pipo e Fifi: Prevenção de Violência Sexual na Infância*, *Carinho não Pode Ser Segredo e Não Me Toca, Seu Boboca!*. As intervenções ludopedagógicas foram planejadas considerando o que meus alunos já haviam vivenciado até aquele período, entre outras coisas, suas experiências com o esquema corporal.

“Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia.” (Vygotsky, 1999, p. 57). Segundo o autor, há sempre uma história de experiências adquiridas fora do contexto escolar que podem ser compartilhadas pelas crianças a respeito de variados assuntos. Isso é fundamental para que o aluno se familiarize com o tema a ser abordado.

Conforme já vimos, a casa da criança é o lugar onde mais ocorrem os abusos; portanto, decidi realizar o projeto (PASI) iniciando-o às quintas e sextas-feiras, pois minha ideia inicial era que os pequenos pudessem ecoar o que aprenderam em sala de aula dentro de seus lares enquanto estivessem fora da rotina escolar.

Redigi uma pauta para discutir em reunião de pais e responsáveis sobre a proposta a ser trabalhada durante aquele bimestre. Houve boa aceitação por parte das famílias; muitos consideraram de extrema importância tratar desse assunto em ambiente escolar. A mãe de um aluno mencionou que sentia-se envergonhada e não sabia como usar as expressões corretas para tratar desse tema com o filho de 5 anos, e que essa proposta seria muito valiosa, pois reforçaria o que seria ensinado em sala de aula. Caso o filho fizesse algum questionamento posteriormente, ela complementaria as explicações.

Expliquei aos responsáveis que iria ensinar o nome popular e científico das partes íntimas e o quanto isso era importante, alertando-os de que, se porventura a criança falasse alguma expressão como “parte íntima”, “pepeka”, “piu-piu”, “pênis”, “vulva”, entre outras palavras que lhes soassem “estranhas”, poderia ser a reprodução da aprendizagem adquirida na sala de aula e/ou ser passível de diálogo para sondar onde, como e com quem a criança aprendeu tal terminologia, pois é de extrema importância que essas partes do corpo sejam conhecidas para que possam ser protegidas. Incentivei-os à escuta ativa, caso surgissem dúvidas em casa.

“Como posso ser neutro diante da situação, não importa qual seja ela, em que o corpo

das mulheres e dos homens vira puro objeto de espoliação e de descaso?” (Freire, 2015, p. 109). O filósofo e educador brasileiro questiona, em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, a respeito da nula neutralidade do professor contemporâneo no ato de educar e de seu posicionamento frente às demandas sociais. Leva-nos a refletir sobre a triste realidade em que muitas vezes estamos inseridos e, ao mesmo tempo, encoraja-nos a não permanecer apenas no campo das ideias.

Ensinar sobre consciência corporal torna-se uma ferramenta de autoproteção infantil. Quando se aprende a nomear as partes do corpo e diferenciar as partes íntimas das demais, pais e professores oferecem ferramentas essenciais para que o aluno compreenda sobre si mesmo e identifique situações de perigo quando houver alguém tentando ultrapassar os limites de sua intimidade.

Se falarmos com as crianças sobre todo o corpo de forma natural e espontânea, mas mostrando desconforto e receio para falar sobre pênis e vulva, podemos passar a ideia de que no corpo dela existe uma região que é tão proibida e inadequada que não devemos chamá-la pelo nome correto, [...] (Rocha, 2024, p. 91)

Segundo a *Childhood Brasil* (2019), conceitos básicos de autoproteção, intimidade e consentimento podem ser ensinados em qualquer faixa etária para crianças e adolescentes; porém, é preciso atentar-se ao tipo de abordagem utilizada, devendo esta estar sempre de acordo com as etapas de maturação e desenvolvimento de cada grupo etário.

Analisando os estudos de Fernandes e Nascimento (2024, p. 4), que tratam de uma análise qualitativa dos programas de prevenção primária dos cinco anos anteriores à sua pesquisa, observa-se que foram desconsiderados os estudos que não apresentavam programas de intervenção, evidenciando a importância de desenvolver o ensino sistemático do enfrentamento como forma de prevenção desde a infância.

As autoras destacaram alguns programas que se assemelham às propostas pedagógicas do Projeto de Prevenção do Abuso Sexual Infantil: *Eu Protejo Meu Corpinho*. Entre eles, citam o sucesso de programas realizados com dois grupos de crianças — o Grupo Experimental (GE), no qual as crianças são submetidas a intervenções preventivas ao abuso infantil, e o Grupo Controle (GC), formado por aquelas não assistidas por programas de encorajamento.

Esse programa, aplicado na Europa como proposta de formação de professores, com orientações de atividades aos profissionais, chama a atenção, pois, mesmo sendo aplicado durante quatro a seis semanas, observou-se sucesso na assimilação das propostas interventivas.

Na primeira semana da proposta de intervenção pedagógica, houve uma apresentação dos conteúdos de maneira mais intensa para os alunos. Posteriormente, as atividades ficaram concentradas nos últimos dias da semana letiva, entre as quintas e sextas-feiras.

Finalmente, havia chegado o dia de conhecer e escolher os nomes dos novos amigos da turma.

**Foto 1** – Apresentação dos bonecos



**Fonte:** Registro da pesquisa (2024)

Após apresentá-los, todos tiveram a oportunidade de apreciá-los. Nesse mesmo dia, informei que precisava da ajuda de todos para escolher os nomes dos dois bonecos. Foram oferecidas duas opções de nomes para ambos, além da explicação dos significados de cada um, que remetiam à coragem, força, triunfo e honra.

13

**Foto 2** – Votação dos nomes



**Fonte:** Registro da pesquisa (2024)

Todos votaram nos nomes sugeridos com bastante entusiasmo, criando-se, naquele dia, um elo emocional entre o ensino-aprendizagem e o brinquedo apresentado. Essa relação com o objeto — nesse caso, os bonecos — propicia a internalização de regras, tornando a criança agente ativa na construção do conhecimento e inserindo-a no contexto social a ser explorado.

Para Kishimoto (2017, p. 21), “o brinquedo estimula a representação, a expressão de

imagens que evocam aspectos da realidade”. O mesmo traz consigo significados sociais e, quando manipulado, torna a realidade mais próxima da criança através da imaginação.

Vygotsky (1999) afirma que a história do desenvolvimento da relação entre significado e ação é análoga à história do desenvolvimento da relação significado/objeto. Para separar o significado de uma ação real (como cavalgar um cavalo, sem a oportunidade de fazê-lo), a criança necessita de um pivô na forma de uma ação que substitui a ação real. Na situação apresentada aos meus alunos, os bonecos exerciam a função das respectivas crianças, por meio do simbolismo infantil.

O comportamento não é determinado pelo campo perceptivo imediato. No brinquedo, predomina esse movimento no campo do significado. Por um lado, ele representa movimento num campo abstrato (o qual, assim, aparece no brinquedo antes do aparecimento da operação voluntária com significados). Por outro lado, o método do movimento é situacional e concreto. (É uma mudança afetiva e não lógica). Em outras palavras, surge o campo do significado, mas a ação dentro dele ocorre assim como na realidade.” (Vygotsky, 1999, pg. 69)

Fernandes e Nascimento (2024, p. 4) destacam que havia um programa que utilizava brinquedos “com o objetivo de aumentar a resiliência como fator de proteção através de recursos sociais e pessoais. Foram propostos jogos e exercícios lúdicos em cada área. [...] Os recursos utilizados foram dois bonecos em formato de gato, um cubo com emoções [...]”. Conforme mencionado pelas autoras, desenvolver atitudes positivas nas crianças depende de um conjunto de elementos voltados para esse fim.

14

**Foto 3** – Semáforo do toque– Distinguindo as partes íntimas



**Fonte:** Registro da pesquisa (2024)

É importante salientar que o professor contemporâneo deve adequar suas ações às novas formas de aprendizagem desse novo público discente e romper com paradigmas educacionais. Como exemplo, há de se considerar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que, para a autora Varão (2022, p. 14), são “[...] ferramentas didáticas que possibilitam um processo de ensino inovador, contribuindo com resultados diferenciados no que se refere ao

processo de ensino-aprendizagem. É importante considerar que as tecnologias fazem parte da contemporaneidade e devem ser inseridas no trabalho pedagógico escolar, uma vez que, além de uma ferramenta técnica, são uma possibilidade didática de trabalho em sala de aula.”

A Base Nacional Comum Curricular normatiza, em sua quinta competência geral da Educação Básica, a importância de incluir as tecnologias na educação desde a pré-escola:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (Brasil, 2018).

Por esse motivo, visando atender aos direitos do educando, inclui-se também o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), pois, além de tornar as aulas mais dinâmicas e promover o engajamento, trouxe a realidade social para dentro da sala de aula, gerando familiaridade ao utilizar ferramentas que muitas vezes estão presentes no contexto social dos alunos desde cedo. Contudo, o Currículo Nacional ainda acrescenta que é preciso repensar os projetos pedagógicos, atrelando-os ao uso das tecnologias e recursos digitais.

Desenvolver projetos, baseados em problemas, desafios e oportunidades que façam sentido ao contexto ou interesse do estudante, de maneira individual e/ou cooperativa, fazendo uso da Computação e suas tecnologias, utilizando conceitos, técnicas e ferramentas computacionais que possibilitem automatizar processos em diversas áreas do conhecimento com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, de maneira inclusiva (Brasil, 2018, p.11).

As ferramentas educativas, no início de cada conjunto de estratégias, incluem não apenas experiências observáveis, mas práticas imediatas. As interações ludopedagógicas do professor irão denominar a realidade e, de acordo com ela, seus significados serão extraídos para serem modificados por meio de ações intencionais e direcionadas. É necessário trazer para a sala de aula momentos observáveis do contexto real, nos quais os alunos não apenas sejam espectadores do que ocorre ou poderia ocorrer, mas agentes que modificam suas realidades através de atitudes e valores aprendidos de modo sistemático em sala de aula. Para que a criança aja modificando aquela realidade, ela precisa conceber o que tais ações violentas significam dentro de regras de convívio social para, a partir dessa compreensão, modificá-la.

Enquanto a ação começa como numerador da estrutura significado/ação, neste momento a estrutura se inverte e o significado torna-se o numerador. A ação recua para o segundo plano e torna-se o pivô; novamente, significado separa-se da ação através de uma ação diferente. Este é outro exemplo da maneira pela qual o comportamento humano passa a depender de operações baseadas em significados, onde as motivações que iniciam o comportamento estão nitidamente separadas da realização. Entretanto, separar significado de objeto tem consequências diferentes da separação entre significado e ação. Assim como operar com o significado de coisas leva ao pensamento

abstrato, observamos que o desenvolvimento da vontade, a capacidade de fazer escolhas conscientes, ocorre quando a criança opera com o significado de ações. No brinquedo, uma ação substitui outra ação, assim como um objeto substitui outro objeto. Como a criança se desloca de um objeto para outro, de uma ação para outra? Isto se dá graças a um movimento no campo do significado - o qual subordina a ele todos os objetos e ações reais. (Vygotsky, 1999, p. 69)

Podemos ensinar aos pequenos que a boneca não deve ir com pessoas estranhas (quando estiverem passeando com a mascote aos finais de semana), mesmo que essas lhes pareçam simpáticas. Vygotsky (1999) explica que, no brinquedo, uma ação é substituída por outra e, assim, ao proteger a boneca, a criança pode internalizar essa regra e reproduzi-la em futuras situações reais pessoais.

O filósofo ainda propõe que a utilização do brinquedo localiza a criança dentro de um contexto social no qual está inserida, e o significado dele varia de acordo com a intenção da ação. No caso do projeto “Eu Protejo Meu Corpinho”, uma das intenções era possibilitar ao discente ensaiar atitudes de autoproteção com os bonecos, as quais, posteriormente, deveriam ser realizadas consigo mesmo em situações julgadas por eles como inadequadas ou perigosas.

O professor, ao atentar-se para o estudo de estratégias e possibilidades de incluir objetos que tragam significados às práticas de prevenção, de acordo com a realidade local e as características de sua turma, promove a aprendizagem personalizada ao contexto cultural e social do aluno.

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição pelo educador, de experiências que permitem às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais [...]. (Brasil, 2017, p.39)

Ainda de acordo com a BNCC, parte do trabalho do educador consiste em refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto de práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno dos seus educandos.

Em sua obra *A Formação Social da Mente*, Vygotsky afirma que aprender não significa se desenvolver e que, se o aprendizado for adequadamente organizado, resulta em desenvolvimento mental. Uma vez que as crianças estejam inseridas em um contexto social e interajam com seus pares, esse pensamento corrobora a tese de que trabalhar, de forma lúdica e sistemática, a prevenção do abuso sexual infantil em sala de aula pode apresentar efeitos positivos posteriores e pode ajudar na autoproteção.

O autor também enfatiza que aprender algo não coincide com desenvolver-se. Ou seja, trazendo para a realidade da sala de aula e da proposta de intervenção e enfrentamento à

violência sexual infantil, as aulas devem ser pensadas de forma que os conteúdos se complementem, sejam capazes de proporcionar interação entre as crianças, seus pares e, conseqüentemente, seus familiares, para que assim ocorra o desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas.

Para que o professor pedagogo atue na construção de uma cultura de enfrentamento da violência sexual contra crianças da Educação Infantil no contexto escolar, a prevenção eficaz, de acordo com as autoras Fernandes e Nascimento (2024), é essencial desde que seja baseada em evidências científicas. Além de desenvolver habilidades de resiliência para lidar diariamente com turmas heterogêneas, a fim de incluir todos os alunos em programas de aprendizagens diversas, faz-se necessário que o profissional dos anos iniciais da Educação Básica seja um pesquisador ávido e possua uma rede de colaboração institucionalizada para descentralizar as demandas que, porventura, surjam ao longo da aplicação do projeto ou programa no qual estiver mergulhado.

Não basta apenas realizar as práticas em sala de aula. Para obter êxito em qualquer proposta educacional, é indispensável a parceria efetiva com a família, a comunidade escolar e os agentes da sociedade local, em consonância com políticas públicas voltadas à formação adequada dos professores, para que se realize uma educação preventiva que atenda o aluno de forma integral.

[...] O aprendizado desperta vários processos internos e desenvolvimento que são capazes de operar sómente [sic] quando a criança interage com pessoas do seu.[sic] ambiente e quando em operação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança. Desse ponto de vista, aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma seriam impossíveis de acontecer. (Vygotsky, 1999, p. 61)

Buscando fortalecer o diálogo com as famílias, passei a participar do grupo de pais criado pela escola para facilitar a comunicação direta. Confesso que essa decisão teve seus prós e contras, pois, de acordo com minha experiência, o ideal seria um dispositivo eletrônico corporativo para que eu pudesse ficar offline em momentos de descanso. No entanto, estar presente virtualmente, através do aplicativo de mensagens WhatsApp, estreitou consideravelmente os laços, já que a tecnologia, se usada com inteligência e intencionalidade, aproxima as pessoas com propósitos em comum e, nesse caso, uniu interesses mútuos, fortalecendo a relação corresponsável da qual tanto precisamos para educar.

A família teve função indispensável no projeto, pois era responsável por incentivar a criança a cuidar e proteger o boneco aos finais de semana como se fosse um coleguinha. Os

discentes — os “super-heróis protetores” — utilizavam seus telefones celulares para ler o QR Code que foi confeccionado, plastificado e costurado por mim na parte frontal da roupinha dos bonecos. Após o escaneamento do código, com o leitor digital do aparelho celular conectado à internet, havia um direcionamento para um vídeo público disponível na plataforma YouTube. A intenção e a orientação eram para que esse familiar assistisse ao vídeo intitulado “Eu Me Protejo — Videolivro” com a criança.

Essa apostila *Eu Me Protejo — Videolivro*, em formato de vídeo autoexplicativo, aborda a importância de ensinar sobre as partes do corpo e como os pais podem aprender a perceber ações de assédio e/ou identificar um suposto abusador, através de uma linguagem simples e apropriada tanto para o adulto quanto para a criança.

Os responsáveis pelos educandos eram encorajados a escrever suas percepções sobre a participação e a colar uma foto da criança no diário de registros, o qual seguia em uma maleta junto com uma caixa de lápis de cor, atividades para recortar e colar as roupas íntimas no personagem e outra para colorir o semáforo do toque, consolidando o que havia sido aprendido anteriormente em sala de aula.

**Foto 4** – Estratégias de autoproteção para reconhecer toques inadequados



**Fonte:** Registro da pesquisa (2024)

Durante toda a extensão do projeto, as crianças se apropriaram da Língua de Sinais de forma simples, básica e usual, de acordo com a realidade delas, desde o primeiro bimestre, antes mesmo de iniciar o Projeto PASI *Eu Protejo Meu Corpinho*. Essa habilidade já estava inserida nas atividades permanentes: costumávamos cantar músicas de acolhimento, dos dias da semana, ensaiar pequenas expressões, apresentações e cumprimentos.

Pensando em multiplicar as aprendizagens de encorajamento e enfrentamento do abuso sexual infantil, decidi ensiná-los a mensagem do projeto em forma de música na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e reiterar que, caso encontrassem algum amiguinho(a) surdo(a),

poderiam ensinar, através da canção, noções básicas de autoproteção. Os ensaios eram realizados após as atividades do projeto e, na Festa de Natal, os docentes apresentaram para a comunidade escolar.

A música faz parte da obra *Carinho não Pode Ser Segredo*, da autora Elisa Gatti, que foi adaptada para Libras. Além das aprendizagens importantes do livro, o mesmo foi contextualizado e acabou inspirando a culminância do projeto.

Diante do cenário apresentado, foi possível constatar que as práticas pedagógicas de combate ao abuso sexual infantil possuem maior eficácia com a participação ativa e consciente da família dos estudantes. O projeto transdisciplinar, que transcendeu os muros da escola, estruturado desde o início através do vínculo escola-família e aplicado na pré-escola, teve a autonomia do discente como centro do processo educativo. Nesse contexto, os pais e/ou responsáveis dos estudantes tiveram papel colaborativo fundamental para garantir a continuidade da aprendizagem fora do ambiente escolar.

Saliento que, desde a primeira reunião bimestral, procurei manter um relacionamento o mais próximo possível das famílias, ciente de que, quaisquer que fossem as futuras ações pedagógicas com meus alunos, certamente em algum momento precisaria dessa aproximação com os responsáveis, a fim de garantir êxito no processo educativo durante os dois semestres.

19

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreende-se que práticas integradas entre escola e família podem contribuir para a conscientização e a autoproteção das crianças e, para haver sucesso na prevenção do abuso, é necessária uma abordagem multidisciplinar e integrada, a fim de mitigar os riscos. O trabalho do professor contemporâneo, juntamente com a comunidade escolar, deve ser o de orientador e promotor de informações às famílias que sejam relevantes sobre o tema a ser aprendido. Outrossim, é necessário empoderar os alunos a identificar, proteger-se e usar a comunicação assertiva para combater possíveis abusadores e seus gestos.

Os docentes devem estar em constante busca por conhecimento e pela adequação de suas práticas para atender às demandas sociais atuais, advindas da contemporaneidade, cientes de que problematizar temas sensíveis é fundamental para gerar reflexões para além da sala de aula.

O mundo não é. O mundo está sendo. [sic] como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o que intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. (Freire, 2015, p. 75)

Para que o professor pedagogo atue na construção de uma cultura de enfrentamento da

violência sexual contra crianças da Educação Infantil no contexto escolar, a prevenção eficaz, de acordo com as autoras Fernandes e Nascimento (2024), deve ser essencialmente baseada em evidências científicas. Além de ter que desenvolver habilidades de resiliência para lidar diariamente com turmas heterogêneas, a fim de incluir todos os alunos em programas de aprendizagens diversas, faz-se necessário que o profissional dos anos iniciais da Educação Básica seja um pesquisador ávido e possua uma rede de colaboração institucionalizada, para descentralizar as demandas que, porventura, surgirem ao longo da aplicação do projeto ou programa no qual estiver envolvido.

Não basta apenas realizar as práticas em sala de aula. Para obter êxito em qualquer proposta educacional, contudo, é indispensável a parceria efetiva com a família, a comunidade escolar e os agentes da sociedade local, em consonância com políticas públicas voltadas à formação adequada de professores, para viabilizar uma educação preventiva que, de fato, atenda o aluno de forma integral.

É possível que, através de suas metodologias ludopedagógicas, o professor pedagogo dos dias atuais promova, em crianças pequenas, competências de autoproteção e enfrentamento do abuso sexual infantil. Para tanto, os educadores contemporâneos podem criar situações significativas de ensino-aprendizagem, juntamente com uma postura que reúna gestos que demonstrem aos discentes que sua figura representa abrigo, proteção e segurança — um adulto de confiança a quem também podem recorrer.

20

Freire (2015, p. 40) corrobora esse pensamento ao conceituar a importância da formação docente: “Por isso é que na formação docente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.”

Visto que sim, é possível que, através de práticas pedagógicas intencionais, sistematizadas e fundamentadas em evidências científicas, amparadas por uma rede de apoio, fomentem-se competências de autoproteção em tenra idade, bem como foi possível avaliar, de forma mediadora, as aprendizagens adquiridas pelo grupo de alunos participantes do Projeto PASI: *Eu Protejo Meu Corpinho*. “Pesquisas anteriores estabelecem que, em primeiro lugar, a criança se torna capaz de subordinar seu comportamento às regras de uma brincadeira de grupo, e que somente mais tarde surge a auto-regulação [sic] voluntária do comportamento como uma função interna”. (Vygotsky, 1999, p. 61).

Trabalhar essa temática de forma contínua, intencional e lúdica pode garantir a assimilação das ideias que se deseja fomentar nos pequenos. Ao acompanhar a trajetória de vida

e ensino do aluno João, motivador desse projeto, foi possível constatar as sequelas emocionais que marcam tanto a criança quanto o responsável que a acolhe. Também foi possível avaliar que ainda não existe um programa sistematizado que difunda esse tema por toda a rede municipal de ensino.

O currículo utilizado como base para a elaboração dos meus planejamentos de aulas na Educação Infantil, no ano de 2024, ainda era o *Currículo Educacional do Estado de São Paulo: Currículo Paulista*, visto que não havia um documento norteador local próprio para a etapa na qual lecionava. Fica evidente, portanto, a necessidade de um currículo local e da inclusão dessa temática nos documentos oficiais municipais de educação, para que, desse modo, seja de fato ensinado sobre a autoproteção contra o abuso sexual infantil a todas as crianças moradoras do município de Bertiooga. Assim, essa problemática poderá ser integrada e discutida em toda a rede, de forma que, em conformidade com as legislações vigentes, garanta-se que todas as crianças sejam expostas a esse tipo de ensino e que não se estabilize apenas nessa experiência pontualmente, pois a educação integral é direito de todos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. Na sala de aula: o poder da inteligência e da criatividade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 21

ANTUNES, J.; TORRES, C. M. G.; ALVES, F. C.; QUEIROZ, Z. F. de. Como escrever um relato de experiência de forma sistematizada? Contribuições metodológicas. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, [S. l.], v. 6, p. e12517, 2024. DOI: 10.47149/pemo.v6.e12517. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/12517>. Acesso em: 6 nov. 2025.

AUSUBEL, David P. *Educational Psychology: A Cognitive View*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

BARBOSA, F. C.; BRAGA, L. R. A. F.; LIMA, W. E.; MONTEIRO, R. dos S.; COSTA, A. M. P.; PEREIRA, A. A. Educação sexual na infância: abordagens e perspectivas para a formação docente. **REVISTA DELOS**, [S. l.], v. 17, n. 62, p. e 3061, 2024. DOI: 10.55905/rdelos.17.n.62-045.

BERTIOGA (SP). **Prefeitura de Bertiooga**. Disponível em: <https://www.bertiooga.sp.gov.br/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim Epidemiológico**. v. 54, n. 8, 29 fev. 2024. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm). Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 66, p. 1, 5 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000**. Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 maio 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9970.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9970.htm). Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim Epidemiológico**: notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. Brasília: Ministério da Saúde, v. 54, n. 8, 2023. 22

BRETON, Hervé; ALVES, Camila Aloisio. A NARRAÇÃO DA EXPERIÊNCIA VIVIDA FACE AO “PROBLEMA DIFÍCIL” DA EXPERIÊNCIA: ENTRE MEMÓRIA PASSIVA E HISTORICIDADE. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 44, p. 38–51, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i44.8013. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/8013>. Acesso em: 6 nov. 2025.

CHILDHOOD BRASIL. Educação Sexual para a prevenção do Abuso Sexual de Crianças e adolescentes. São Paulo, Child Hood Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/educacao-sexual-para-a-prevencao-do-abuso-sexual-de-criancas-e-adolescentes/> acesso em 3 nov. 2025.

FERNANDES, M., & NASCIMENTO, P. (2024). Prevenção do abuso sexual infantil em idade pré-escolar: Que programas, que estratégias. **EduSer**, 16(2). <https://doi.org/10.34620/eduser.v16i2.293>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 30 set. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 52ª ed- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GATTI, Elisa; SILVA, Rita. *Carinho não pode ser segredo*. Tudo! Editora, 2022.

GIL, Antônio Carlos. *Pesquisa qualitativa básica*. Petrópolis. Editora Vozes, 2025.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LANFRANCO, Áurea Cristina Pires Marcelino; FORTUNATO, Ivan. Formação de professores e o relato de experiência como método de pesquisa: levantamento de teses e dissertações 2012- 2020 . *Revista Educação em Páginas*, [S. l.], v. 1, p. e11112, 2022. DOI: 10.22481/redupa.v1.11112.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práx. Educ.*, Vitória da Conquista , v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021 . Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217826792021000500060&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217826792021000500060&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 13 nov. 2025. Epub 25-Nov-2021. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>.

ROCHA, Leiliane. **Como falar sobre sexualidade com as crianças**: um guia prático de educação sexual infantil para pais. 1. ed. São Paulo: Astral Cultural, 2024.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de referência**: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito. -- São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009.

UNICEF BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: (2021-2023)*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública: UNICEF Brasil, 2024. UNICEF BRASIL;

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Panorama of lethal and sexual violence against children and adolescents in Brazil: (2021-2023)*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública: UNICEF Brasil, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA. DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO. *Instrutivo para elaboração de relato de experiência: Estágio em Nutrição em Saúde Coletiva*. Governador Valadares, 2024.

VARÃO Goreth de Sousa (Org.). *Relatos de Experiências: práticas de extensão com o uso das tecnologias digitais no Curso de Letras Português EAD/CEAD/UFPI*. Teresina: EDUFPI, 2022.

VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.